

Porque é que a Sociologia é uma ciência?

A sociologia é uma ciência porque tem um objeto de estudo, estuda a realidade social.

A sociologia tem um método de estudo: método científico, na observação de problemas, recolha de dados e analisá-los, colocar hipóteses explicativas, testar as hipóteses e chega-se à conclusão – tendências comportamentais.

A sociologia é uma ciência porque tem também uma terminologia própria – termos como sociedade, cultura, civilização, valores, normas, comportamentos, sanções (exclusão) sociais e papéis sociais.

Fenómenos sociais totais

O estudo de um fenómeno por uma dada ciência em exclusivo, pondo de parte os contributos de outras áreas do saber, também não permitia à sua compreensão global.

O fenómeno social total, trata-se de fenómenos que na sua estrutura própria, seja nas suas relações e determinações, têm implicações simultaneamente em vários níveis e em diferentes dimensões do real-social, sendo portanto suscetível, pelo menos potencialmente, de interessar a vários, quando não, a todas as ciências sociais. Os fenómenos sociais, são pluridimensionais, sujeitando-se como tal, a diferentes perspetivas de análise. Marcel Mauss estabeleceu que qualquer fato, quer ocorra em sociedades arcaicas quer em modernas é sempre complexo e pluridimensional e todo o comportamento social remete para e só se toma compreensão dentro de uma totalidade.

Exemplo de um fenómeno social total:

➤ Desemprego

História – revolução industrial, era primeira crise de 1918.

Economia – menos rendimentos, menos consumo, menos despesas para o estado

Demografia – menos nascimentos, aumento da emigração, população mais envelhecida

Antropologia – vai existir pessimismo, revolta

Geografia – deslocação da cidade para o campo, população ativa diminui

Sociologia – aumento da criminalidade, sociedade frágil e mais pobre, mais suicídios

A génese e a sociologia em Portugal

Formação da sociologia:

A sociologia como disciplina científica surgiu em resultado da chamada “dupla revolução”, no final do século XVII, com a Revolução Industrial de 1776, com implicações sobretudo na organização económica dos países, e a Revolução Francesa de 1789 cujos,

principais efeitos se fizeram sentir a nível político e social. Estes dois processos revolucionários deram origem a uma nova ordem social – o mundo contemporâneo.

Esta época, que se prolongou durante todo o século XIX, foi vivida em particular intensidade pelos pensadores, incluindo filósofos, economistas, historiadores e outros, que entre si debatiam diferentes concepções acerca das profundas mudanças sociais a que assistiam. Destacam-se os trabalhos pioneiros de Auguste Comte, Karl Marx e Herbert Spencer que produziram importantes análises científicas da sociedade do seu tempo.

A passagem do século XIX para o século XX assinala o início da consolidação da sociologia enquanto forma de conhecimento científico, expandindo-se temas e perspetivas de análises e diversificando correntes teóricas (positivismo, marxismo, evolucionismo, funcionalismo, sociologia compreensiva, etc.). Os sociólogos Émile Durkheim, em França, Max Weber, na Alemanha, destacavam-se enquanto fundadores dos alicerces teóricos fundamentais da disciplina.

Sociologia em Portugal:

O início da institucionalização da sociologia em Portugal só na década de 60 do início do século XX conheceu um impulso decisivo com a criação do primeiro centro de investigação em ciências sociais.

Até então, o regime ditatorial vigente em Portugal considerava “incómodo” à análise sociológica da realidade portuguesa, pelo que a disciplina se encontrava afastada dos vários níveis de ensino e a profissão de sociólogo era inexistente.

A sociologia tem conhecido um notável crescimento: na abertura de licenciaturas, disciplina de sociologia no ensino secundário, na variedade e qualidade da investigação e na diversidade dos campos profissionais dos sociólogos. Em Portugal, a sociologia enquanto novo campo científico foi um processo tardio lento e repleto de obstáculos. Hoje a sociologia tem o papel de ciência e profissão.

Posição de Durkheim e Weber sobre o estudo dos fenómenos sociais

- Durkheim: entendia que os fatos sociais forneciam a matéria-prima da sociologia. As duas características principais do fato social segundo Durkheim eram:
 - Exterioridade - as condutas individuais, que são determinadas pelos fatos sociais que envolvem os indivíduos
 - Coercividade - não dependendo da sua vontade mas a interação com a sociedade, as maneiras de agir, pensar e sentir, são imutáveis no tempo e no espaço (não se pode fugir à regra)
 - Relatividade – variam consoante a sociedades ou ao longo do tempo dentro da sociedade.
- Durkheim fez o estudo sociológico sobre o suicídio, para ele é mais frequente nas pessoas solteiras do que nas casadas, nos protestantes do que nos católicos, nas sociedades modernas do que nas sociedades tradicionais em tempos de crise política e económica. Chegou à conclusão que existem forças sociais externas ao indivíduo que influenciam as taxas de suicídio (grau de integração dos indivíduos na sociedade).

- Weber: colocou-se num plano distinto do que Durkheim, alargou a perspetiva sociológica ao introduzir o conceito de ação social.

Ao passo que Durkheim privilegiava as regularidades duradouras que se verificam nos fenómenos sociais, Weber afirmou o carácter singular e único desses fenómenos, empenhou-se em compreender e interpretar o sentido desses fenómenos, empenhou-se em compreender e interpretar o sentido da ação social através das suas configurações históricas.

O indivíduo pode alterar mentalidades e portanto o rumo da sociedade com a sua conduta intencional.

Diferença entre conhecimento (senso) comum e conhecimento científico

O conhecimento prático, ou subjetivo, é designado como conhecimento do senso comum (caraterizado pelas tradições, provérbios, costumes, etc.)

O senso comum é então: “o conhecimento vulgar e prático com que no quotidiano orientamos as nossas ações e damos sentido à nossa vida”.

A evolução do conhecimento científico, nomeadamente o que se refere às ciências naturais e exatas, veio pôr em causa muitas crenças do senso comum. Sabemos hoje que o Sol não gira em volta da Terra, não o inverso, e que os relâmpagos são fenómenos relacionados com descargas elétricas e não como fúria dos deuses. O conhecimento científico, através da criação e do desenvolvimento de métodos de observação rigorosos e controlados, permitiu esclarecer as causas em diversos fenómenos naturais e, inclusivamente, prever e controlar alguns deles.

Se considerarmos que o conhecimento de senso comum se baseia no aparente, no subjetivo e em explicações simplistas facilmente se percebe que qualquer cientista social ou sociólogo deve ultrapassar estas noções redutoras e procura ver para além do óbvio. Para que o sociólogo passa observar e questionar a realidade social numa perspetiva científica, não pode deixar de romper com o conhecimento do senso comum.

O sociólogo deve manter uma atitude de vigilância constante e relativizar o seu conhecimento prático sobre a realidade durante a produção do conhecimento científico.

Os obstáculos à ciência sociológica

São vários os obstáculos que o senso comum coloca ao trabalho científico:

- Familiaridade com o social

Quanto mais próximo está a sociologia da realidade que pretende analisar, maior é o risco de enviesamento da pesquisa e mais difícil é o processo comum porque mais forte é a ilusão de transparência do social. A familiaridade com o social dificulta o seu questionamento e, logo, a sua análise científica, na medida em que a realidade se nos apresenta de forma ilusoriamente transparente e óbvia.

➤ Explicações do tipo naturalista

Por vezes, tentamos interpretar certos fenómenos sociais recorrendo a explicações naturais, ou seja, a fatores de ordem física ou biológica, o que nos leva a atribuir as suas causas à suposta natureza das coisas: “a natureza humana” ou “as características” de um povo, de uma raça ou de um dos sexos.

Por exemplo: “as mulheres são mais emotivas e mais frágeis do que os homens, têm mais dificuldades em aceder a lugares de chefia no trabalho”. Esta afirmação caracteriza-se através de atributos intrínsecos à condição feminina – emotividade, fragilidade, sensibilidade, esquecendo os fatores sociais e culturais que condicionam uma maior participação das mulheres.

➤ Explicações do tipo individualista

Outros dos recursos que habitualmente se utiliza para explicar os fenómenos sociais são os de ordem individual ou psicológica.

Tal acontece porque causas sociais dos fenómenos raramente são evidentes, pelo que se torna mais simples e cómodo recorrer a este tipo de justificação.

Por exemplo: “alunos copiam porque não gostam de estudar”, ou “as pessoas suicidam-se porque têm problemas mentais”.

➤ Explicações de tipo etnocentrista

Quando olhamos para outras sociedades, outras classes sociais ou cultura temos como referência a nossa própria realidade social e cultural e tentamos explicar os fenómenos dessas sociedades, grupos com explicações etnocentristas.

Tais explicações pressupõem um sentimento de superioridade e a sobrevalorização da própria cultura, levando à formulação de juízos de valor que inferiorizam e desvalorizam a especificidade social e cultural da realidade observada.

Por exemplo: “os ciganos são um povo machista”; “os africanos não gostam de trabalhar”.

Métodos de investigação, vantagens e desvantagens

Os principais métodos existentes na sociologia são o extensivo e o intensivo:

➤ Extensivo (método de medida) – utiliza-se para estudar grandes populações utilizando como técnicas a amostragem, com a alfabetização do país, o sucesso escolar, sondagens entre outros.

Poder-se-á utilizar também o estudo da satisfação do país relativamente em questões como a perspetiva das pessoas em relação à economia, do desemprego.

➤ Intensivo (estudo de casos) – utiliza-se quando se pretende estudar casos específicos, fenómenos particulares, explicações mais restritas, como sejam, um grupo de jovens, uma turma, um grupo desportivo.

O método extensivo valoriza a comparação dos resultados e o seu tratamento estatístico. O método intensivo realça a profundidade da observação dos fenómenos sociais.

O método extensivo valoriza a comparação de resultados e o seu tratamento estatístico. O método intensivo realça a profundidade da observação dos fenómenos sociais.

Existem vantagens e desvantagens na utilização de cada um:

- Método intensivo:

➤ Vantagens:

Profundidade da observação

Valorização do quotidiano dos agentes sociais das suas formas de expressão no próprio momento em que se produzem.

Atenção à especificidade de cada caso

➤ Desvantagens:

Não permite a generalização da informação recolhida nos estudos de casos

Por estarmos na presença dos observados, torna-se difícil a objetividade

Com este método esquecemos os constrangimentos que podemos encontrar com a idade, a classe, a etnia ou o género.

- Método extensivo:

➤ Vantagens:

Pode observar-se populações numerosas

Com o tratamento estatístico pode quantificar-se o estudo

Podem encontrar-se padrões ou irregularidades nos fenómenos sociais estudados, ex: os alunos devem estudar para tirar boas notas.

➤ Desvantagens:

Em populações numerosas o estudo pode ser feito através da amostragem que restringe a informação

Dificulta a observação das vivências dos fenómenos sociais estudados

Com este método esquecemos os constrangimentos que podemos encontrar com a idade, a classe, a etnia ou o género.

Técnicas documentais, de inquirição, entrevista e técnicas de amostragem

➤ Técnicas documentais

A análise documental incide sobre:

- fontes primárias, documentos produzidos pelo próprio investigador;

- fontes secundárias, já existentes e concebidas por outras razões que não as da pesquisa. Por exemplo: a análise de manuais do Estado Novo). Na análise de conteúdo, o investigador constrói categorias que ajudam a demonstrar um determinado texto ou documento, histórico, geográfico, social em que o documento foi produzido.

➤ Técnicas de inquirição

A inquirição, importa referir o inquérito por questionário, que assenta na arte de interrogar populações, geralmente vistas, com o intuito de descobrir regularidades.

Como é constituído um inquérito:

- questões fechadas que não permitem outras opções (sim/não)
- questões abertas (o que pensa do futebol português?)
- questões semiabertas (quais as razões da sua reposta) ou questões semifechadas (qual o tipo de desporto prefere? (futebol/ vólei/ ténis)

➤ Entrevista

As entrevistas são efetuadas a partir de um guião.

Podem ser:

- a) Diretivas, quando o entrevistador não concede qualquer “margem de manobra” ao entrevistado, seguindo rigidamente a ordem das perguntas do guião;
- b) Semidirectas ou em profundidade, aborda o entrevistado sobre determinados temas, mas valorizando a organização relativamente livre do sue discurso;
- c) Não diretivas ou livres, é necessário recolher toda a informação disponível. Não existe um guião mas sim um conjunto de temas que conduzem a conversa.

➤ Técnicas de amostragem

No inquérito por questionário, é usual inquirir-se apenas uma amostragem representativa e não toda a população que faz parte do nosso universo de análise, em particular quando este universo é vasto. A amostra diz-se representativa quando, a partir dos resultados que se obtêm, é possível inferir das caraterísticas do universo.

As amostras podem ser probabilísticas ou aleatórias, quando cada um dos elementos da população tenha uma probabilidade conhecida e não nula de ser representado na amostra.

As amostras também podem ser não probabilísticas, como:

- amostragem aleatória simples
- amostragem por quotas, determinadas caraterísticas predefinidas (por exemplo: sexo, idade, escolaridade...)
- amostragem por bola de neve
- amostragem intencional, por exemplo, pode-nos interessar, numa escola, inquirir apenas os alunos que já reprovaram mais de duas vezes para aferir as causas do insucesso recorrente.

Significado sociológico de cultura

Os instrumentos de trabalho e de produção, os rituais, as crenças, o vestuário, as regras de comportamento, as formas de comunicação, a culinária, a arte, a arquitetura, as relações sociais e familiares, a educação, a conceção de bem e do mal ou de certo e de errado, a hierarquização das necessidades, a religião, a política, as instituições e as expetativas em relação ao futuro são fenómenos culturais. Na sociologia, a cultura desempenha um papel

muito importante, pois assume um significado específico e é analisado na perspetiva da sua dimensão social.

Elementos materiais e imateriais de cultura

Podemos considerar como elementos imateriais de uma cultura os seus valores, as suas crenças, as suas normas, a sua linguagem e os seus ideais de bem e de mal, de justo e injusto, de beleza, de liberdade, entre outros.

Os elementos materiais de uma cultura podem ser encontrados nos seus monumentos, na sua arte, nos seus rituais e nos seus instrumentos de trabalho – em suma, nas suas concretizações objetivas.

Elementos da cultura portuguesa:

- | | |
|------------------------------|--------------------------|
| ➤ Materiais: | ➤ Imateriais: |
| - filigrana | - fado |
| - cozido à portuguesa | - religião católica |
| - papas de sarrabulho | - fé em Fátima |
| - galo de Barcelos | Festa das Cruzes |
| - vinho do Porto | - casamentos de Santo |
| - louça de Viana | António |
| - Bandeira (vermelha, verde) | - festas populares (S. |
| - Hino, “A Portuguesa” | Martinho, Sr. Matosinhos |

Na cultura hindu, a vaca é considerada um animal sagrado e, por isso, a sua carne é rejeitada na alimentação. Neste exemplo, o espiritual condiciona o material, a crença dita o comportamento (elemento imaterial).

Os postas de boas festas enviados pelo correio forma largamente substituídos pelas mensagens de correio eletrónico e SMS (elemento material).

O homem acrescenta elementos novos à sua cultura. Ele é um produto da cultura em que nasce e, simultaneamente, produtor de cultura.

Os valores e seu significado

Os valores constituem-se como um elemento imaterial da cultura. Pode dizer-se que os valores se inscrevem de maneira dupla na realidade: apresenta-se como um ideal que solicita a adesão ou convida ao respeito; manifesta-se nas coisas ou nas condutas que o exprimem de maneira concreta ou, mais exatamente, de maneira simbólica.

Um valor é algo que, uma determinada cultura, se considera ideal ou desejável.

Os valores descritos formalmente, nomeadamente em textos institucionais, como as leis de cada país. Outros não estão formalizados mas apenas inscritos na mente de cada indivíduo – são por isso, informais (paz, liberdade, religião, honestidade, solidariedade).

A liberdade é considerada um valor essencial, em Portugal desde o 25 de Abril, consagrado e regulamentado com a liberdade de opinião, de expressão, de voto e de

associação, entre outros. A amizade é um valor também geralmente aceite mas que não está formalizado. A amizade implica: lealdade, companheirismo, comunicação sob variadas formas, convívio e partilha.

Diversidade cultural

A diversidade de culturas traduz-se na diversidade de valores e de comportamentos, as crenças culturais variam de cultura para cultura.

No ocidente moderno, as crianças de doze anos são consideradas novas para casar, no entanto em outras culturas são arranjos casamentos entre crianças dessas idades.

No ocidente comemos ostras mas não comemos grãos e cães, que são em algumas partes do mundo, iguarias gastronómicas. Os Judeus não comem carne de porco, enquanto os Hindus evitam a carne de vaca. Os ocidentais consideram o ato de beijar uma parte natural do comportamento sexual, mas em muitas outras culturas esse ato ou é desconhecido ou considerado de mau gosto.

A diversidade cultural ou multiculturalismo nas grandes cidades sobretudo nas capitais, veja-se o exemplo de Paris, Nova York, Madrid, Roma, como cidade cosmopolita.

As sociedades de pequena dimensão, como as sociedades de “caçadores-recolectores”, são culturalmente uniformes ou monoculturais. A maioria das sociedades industrializadas, pelo contrário é culturalmente cada vez mais diversificada ou multicultural, processos como a escravatura, o colonialismo, a guerra, a migração a globalização contemporânea levaram a que populações iniciassem processos de migração e se instalassem em novas localidades.

Conceitos e agentes socialização

A socialização é o processo de aprendizagem contínuo dinâmico, permanente, pluridimensional interno que começa no seio da vida intra-uterina, isso prolonga para além da morte.

A socialização é o processo através do qual as crianças ou outros novos membros da sociedade, aprendem o modo de vida da sociedade em que vivem. Este processo constitui o principal canal de transmissão da cultura através do tempo e das gerações.

A socialização acontece ao longo de toda a vida, embora com intensidades e em contactos diferentes.

Durante a infância ocorre a chamada socialização primária. Nesta fase, a criança é socializada sobretudo pela família, sendo as aprendizagens mais intensas, mais marcantes, porque biologicamente a criança está preparada para receber e assimilar grandes doses de informação (muito mais do que em outra fase da vida) e porque existe uma forte ligação emocional e afetiva com os seus agentes socializadores (pais educadores e outros).

A socialização acontece através de três mecanismos distintos mas interligados:

- Aprendizagem (aprendemos a ler, escrever, a raciocinar, as boas maneiras à mesa, como atravessar a rua, a linguagem, uma profissão).
- Imitação (as crianças socializam-se principalmente anotando os agentes socializadores, família, educadores).
- Identificação (as crianças podem identificar-se com outro adulto próximo para além do pai e da mãe, como o professor, os heróis de banda desenhada, atores de cinema ou as estrelas da música).

Os agentes de socialização são:

- família (jardim de infância, amigos, vizinhos, colegas de catequese)
- escola (amigos, colegas de desporto, colegas de música)
- mass media
- trabalho
- sociedade em geral

Valores e representações sociais

Representações sociais

As representações sociais têm origem na necessidade de reduzir a complexidade da realidade que nos cerca e de a classificarmos. Constituem-se, por isso, como esquemas de perceção e de classificação da realidade.

As representações sociais pressupõem valores no caso da representação do que é um bom aluno, estamos a atribuir valor ao sucesso escolar, à escola enquanto instituição e ao sucesso profissional.

As representações sociais são saberes socialmente engendrados e partilhados com funcionalidades práticas diversas na interpretação e no controlo da realidade. Eles constituem referências explicativas comunicacionais e operatórias. Elas nomeiam e classificam, produzem imagens que condensam significados, atribuem sentido, ajudam nas suas diversidades estruturadas, a reproduzir identidades sociais e culturais.

→ Aspectos que caracterizam as representações sociais

Podemos afirmar que uma representação social é:

- uma avaliação de uma dada validade, processo ou situação;
- existe no plano social e no plano individual;
- é fruto de experiências passadas, ou seja, decorre da nossa socialização;

- orienta e justifica comportamentos, ou seja, agimos em função das representações que temos;

- é formada ao nível social, ou seja, é partilhada socialmente;

- nomeia, classifica e dá sentido ao que observamos;

- pressupõe valores.

→ Comportamentos

As representações orientam-se do nosso comportamento. Se tomarmos com exemplo a representação social da beleza física, vemos que ela está associada a valores como a saúde, a boa forma física, a juventude, a magreza e a um conjunto de características físicas mais ou menos objetivas. A televisão, o cinema, as revistas, etc..., são agentes socializadores que podem convencer-nos de que ser bonito é ser “alto” e “magro”.

As pessoas consideradas “feias”, que têm uma característica física menos “bonita”, são facilmente rejeitadas, seja socialmente, seja profissionalmente.

→ Estigma

O estigma está muitas vezes associado às representações sociais negativas, por exemplo: no ideal de beleza física, podemos sentir-nos “deslocados” em dados contextos e ser mesmo alvo de várias formas de marginalização por parte das outras pessoas. A disciplina de Matemática, também sente dificuldades em libertar-se do rótulo de “difícil” que lhe foi imposto, mau grado os discursos pedagógicos em sinal contrário.

Outro caso da ligação entre representação e estigma é a pobreza. As representações sociais denunciam posições sociais e acabam por revelar-se uma componente simbólica dos conflitos que atravessam as sociedades.

Interação social e linguagem

→ Interação social

Diferentes interações:

- professor-aluno

- patrão-trabalhador

- treinador-jogador

- pais-filhos

- padre paroquianos

A interação social, são mecanismos que os agentes sociais utilizam para comunicarem entre si num determinado tempo e espaço.

Existem três tipos de interação: a focada, anão focada e à distância.

Focada – embora não haja conversação, a comunicação é não verbal.

Não focada – continua a não haver verbalização.

Distância – nada impede que a comunicação seja verbal, utilizando a oralidade que a escrita.

→ Comunicação

Não há vida social sem intenção social, ou seja, sem comunicação. É através da comunicação e da linguagem, conjunto de regras e de símbolos reconhecíveis numa dada sociedade e num dado quadro cultural, que me reconheço como eu próprio, diferente dos demais, em estreito contacto com eles. As nossas rotinas diárias e as interações nos quais nos envolvemos com os outros estruturam e formam aquilo que fazemos.

→ Papéis sociais

Uma representação social traduzida por uma espécie de sensação de que toda a sociedade, ou certos agentes e grupos, nos observam e controlam. Em função do limite criado por essas expectativas generalizadas que sobre nós recaem através da mediação da nossa classe social de pertença, género, etnia, papel social, etc..., acabámos por moldar os nossos comportamentos e construir a nossa identidade.

O espaço de interação

No espaço de interação social existem três entidades usando máscaras: atores, a audiência e a representação pública.

O ator mesmo em situação de silêncio, não deixa de transmitir uma impressão. Os atores podem deixar de se expressar, mas não podem impedir-se de exprimir alguma coisa.

No caso dos jovens que se olham, temos, a interação focada, embora sem conversação. Mas sabemos como o corpo fala, falam os adornos, falam as posturas, os gestos e os silêncios.

Os portadores ou indícios de informação, como por exemplo: a relação que se pode estabelecer entre a aparência e o estatuto socioeconómico do ator ou entre determinados comportamentos e os rótulos ou estereótipos associados ao papel em representação.

No caso da fila numa paragem de autocarro ou de uma embarcação da situação de elevador, a interação é não focada. Não há aparentemente comunicação.

O tipo mais frequente de interação focada: a conversa, em que os agentes sociais comunicam falando entre si (encontros). Diferentes de duas pessoas conversarem entre si, no jardim ou numa aula, perante olhar e o controlo do professor.

Existe assim uma espécie de regionalização dos encontros, que são as fachadas e os bastidores.

Nas fachadas, visíveis, permeáveis ao controlo social, apertadas por regras de educação.

Nos bastidores, efeito familiar, onde os comportamentos relaxam, o controlo social é muito menos apertado e determinadas ações possíveis de sanção nas fachas, podem despontar, por serem muito mais “invisíveis”.

Papéis e estatuto social

Cada um de nós tem um papel na sociedade, filhos, pais, irmãos, alunos, amigos, etc... Mas importa relacioná-lo com o lugar e com a própria diferenciação e desigualdade social.

Se eu for homem e não mulher, se eu for ocidental e não habitante de um país chamado Terceiro Mundo, se eu possuir escolaridade superior ou/e ser analfabeto. O estatuto social, resulta precisamente da avaliação que se faz de um determinado papel social, em função de variáveis ligadas à estrutura mais profunda das sociedades como o rendimento, a escolaridade, a ascendência ou linhagem, a idade, o género, a etnia, a religião, o modo de vida, etc. de acordo com as épocas e os lugares, muda a importância relativa de cada uma destas variáveis estruturais.

Os estatutos sociais podem ainda classificar-se em duas categorias:

- Estatutos de atribuição ou inatos, nasceram com ele (ascendência, género, etnia);
- Estatutos de realização ou adquiridos (escolaridade, profissão, modo de vida), condicionadas pelos recursos de que dispõe.

Expetativas sociais

As expetativas sociais, são comportamentos que a sociedade, espera de nós no desempenho dos nosso papéis sociais.

Goffman, referiu-se às regras que estão na base da definição da situação de interação, de maneira a que seja possível prever reciprocamente o agir dos intervenientes, mantendo a ordem social.

Existe uma margem variável de criatividade e de autonomia, a que acrescentamos um determinado estilo, marca ou desempenho do papel social.

Conflito de papéis sociais

Nas sociedades complexas é inevitável a multiplicidade e o conflito de papéis sociais, já que o ator social tal como, por vezes, numa criação teatral ou literária tem de desempenhar “personagens” diferentes. A realização das tarefas associadas ou adequadas a cada papel, bem como a conciliação de direitos e deveres ou ainda a resposta a expetativas múltiplas por parte dos demais atores sociais constituem frequentemente fonte de angústia, distribuídos e escolhas.

Grupos sociais

Conceito e caracterização de grupo social

Grupos sociais: família, turma, grupo de amigos, grupo de escuteiros. Os grupos são unidades coletivas reais, contínuas e ativas.

A interação que se gera entre os membros de um grupo tem em vista, antes de mais, a prossecução de um ou vários objetivos comuns, um conjunto de jovens que reúne com o intuito de formar uma banda de garagem e um grupo musical. Dentro desse grupo existirão funções e papéis diferenciados (entre os instrumentos e vocalistas, por exemplo, que compõe música e quem escreve as letras, procura apoios e patrocínios e encontrar um local adequado para os ensaios, etc...

O grupo social apresenta as seguintes características: é distinto e distintivo, é estruturado, cada elemento ocupa uma posição específica relativamente aos demais, através da distribuição específica relativamente aos demais, através da distribuição de papéis sociais; promove interesses, objetivos e valores comuns; equaciona a relação entre meios e fins; exerce um maior ou menor controlo social sobre os seus membros, tendendo para a coesão.

Um sujeito sente-se membro de um grupo por integração, a partilha de objetivos, símbolos, rituais mas, igualmente, por diferenciação existem, físicas ou simbólicas, face aos restantes grupos.

Muitos deles têm como principal objetivo a convivialidade e a expressividade, através de símbolos, modas, rituais, marcas e linguagens diversas.

Grupos de pertença e grupos de referência

Grupos de pertença – dizem respeito aos grupos em que efetivamente estamos inseridos e mais ou menos interligados, devido à classe e contexto social onde nascemos e vivemos, à família que temos e aos papéis sociais que desempenhamos.

Grupos de referência – orientamos os nossos comportamentos não em função dos objetivos dos grupos a que pertencemos, e a que, muitas vezes, somos, como que obrigados a pertencer, mesmo não o desejando.

Por exemplo: o seu salário é baixo, o ambiente de trabalho é pesado e coercivo, autonomia e a criatividade inexistentes, o projeto de mobilidade social leva-o a identificar-se com grupos de jovens urbanos de classe média.

Socialização por antecipação

As ações são feitas de forma a tentar ingressar no grupo de referência, antes mesmo de integrar tal grupo. No entanto, nada garante que alcance os seus objetivos.

Ordem social e controlo social

A ordem social, é um conjunto interligado e relativamente estável no tempo de estruturas, instituições e práticas sociais que conservam e reforçam formas normais, ou socialmente aceitáveis, de comportamentos na sociedade.

As maneiras de agir, pensar e de sentir exercem o seu constrangimento porque se nos apresentam sob a forma de regras, normas, modelos, em que nos devemos inspirar para guiar e orientar a nossa ação, se quisermos que ela seja aceitável na sociedade em que vivemos.

As normas são as regras de comportamento que refletem ou incorporam os valores de uma cultura. Caracterizam-se por estarem presentes em praticamente todas as esferas da vida social, familiar, escolar, profissional e outras, pelo seu caráter anterior e exterior aos indivíduos e, também pela sua não universalidade social e cultural em que nos situemos. Por exemplo, as normas e regras portuguesas, são diferentes das norte-americanas, das árabes ou da China.

As normas assumem duas naturezas distintas:

- normas formais, que se traduzem nas leis aplicadas pelos Estados e pelas organizações religiosas, económicas e outras.
- normas informais, expressa por via de hábitos, costumes e conversação implicitamente aceites pela sociedade.

Os comportamentos normais são os praticados pela maioria dos membros da comunidade, a qual dispõe de mecanismos para preservar esta normalidade e censurar comportamentos desviantes (os que se afastam da norma), designadamente aplicando sanções.

Controlo social (sanções positivas e negativas)

Todo o comportamento individual e coletivo é regulado por mecanismos de controlo social que impõem um sistema de sanções positivas ou negativas.

Às normas vigentes são possíveis de receber recompensa (sanções positivas), assim como os comportamentos contrários às mesmas normas, podem ser alvo de punição (sanções negativas).

Bom sucesso escolar, por exemplo, pode ser merecedor de palavras elogiosas do seu professor e ainda ser premiado pelos seus pais. O trabalhador que atinge os objetivos fixados pela empresa pode receber um prémio de produtividade ou o orador cujo discurso agrada à plateia é aplaudido e convidado para outras sessões.

Pelo contrário, o condutor sinalizado por excesso de velocidade arrisca um conjunto de sanções negativas que variam entre a multa e a inibição do direito de conduzir, assim como o aluno que adota comportamentos violentos na escola, sujeita-se à expulsão desse estabelecimento de ensino.

O controlo social informal, aquele que se exerce através das sanções informais ou não escritas é, em geral mais utilizado e eficaz, uma vez que é interiorizado pelos indivíduos através do já referido processo de socialização.

Nenhuma sociedade, sobretudo as mais organizadas e complexas, pode dispensar o controlo formal, nomeadamente para fazer face aos comportamentos desviantes mais graves.

O desvio, consiste, pois, na adoção de modelos de comportamentos situados nas margens, ou mesmo fora, dos socialmente aceitáveis, assim se opondo ao conceito de conformidade, que significa a adesão aos valores, normas e comportamentos predominantes na sociedade.

Os que não se adaptarem a esses valores e não agirem em conformidade com as suas normas, podem ser objeto de sanções que visam condenar e, em última instância, corrigir os respetivos comportamentos desviantes.

Eis pois interligados, a ordem social (normas e comportamentos comuns) e o controlo social (sanções positivas e negativas).

Instituições sociais: exemplos e características das instituições sociais

Uma instituição, consiste antes de mais, num conjunto complexo de valores, normas e usos partilhados por um certo número de indivíduos no decurso de um tempo longo com vista à organização básica da vida social. Já a aprendizagem das instituições pelos indivíduos processa-se através da socialização.

Caraterísticas das instituições sociais

- Normatividade, ou seja, o fato de serem sentidas pelos indivíduos com uma obrigação, sujeitando-se a sanções positivas ou negativas consoante sejam ou não respeitadas.
- Estruturação, visto que geram padrões de comportamento comum à maioria dos atores sociais, e portanto, à sociedade.
- Durabilidade ou a fixação do tempo de tais valores, normas e usos, assegurando a reprodução da estrutura social.

A família, a escola, a empresa, o casamento, os meios de comunicação de massa, a Igreja são exemplos de instituições sociais visto representarem práticas ancestrais (ou duráveis) partilhadas pela generalidade dos atores sociais (estruturáveis) e que suscitam a sua adesão (normatividade).

Na instituição familiar, as crianças aprendem (interiorizam) os valores e as normas dominantes na sociedade em que se inserem, através quer de estímulos (palavras de encorajamento ou prémios materiais) quer de castigos, ou seja, são alvo de sanções positivas e negativas por parte dos pais.

Os mass media, pelo contrário, ganharam nas últimas décadas uma importância determinante na imposição de modelos culturais à escala planetária, seja no âmbito da música, do cinema, da moda e da publicidade, entre muitos outros.

Reprodução e mudança social

Definição de reprodução social

O processo de reprodução social apresenta-se como o produto.

Mudança social

Diz-se que estamos na presença de uma mudança social sempre que se transformam as estruturas básicas de um grupo social ou da sociedade. Deste modo, o conceito de mudança social acentua o caráter instável, dinâmico e aberto à transformação da ordem social existente.

Por exemplo, o 25 de Abril, foi a mudança mais recente da história de Portugal, que veio mudar mentalidades, instituições, regime político, o desenvolvimento económico, etc.

Caraterísticas da mudança social:

- Coletivo, afetando as formas de pensar e de agir do todo ou de uma parte considerável da sociedade;
- Estrutural, modificando a totalidade ou partes da organização social. Ex: mudança do sistema educativo;
- Comparável com uma situação de referência situada no passado, permitindo apreciar as mudanças verificadas desde então até à situação do presente;
- Durável, distinguindo-se dos epifenómenos instantâneos ou efémeros. Ex: o nosso regime político democrático (37 anos).

A mudança social é toda a transformação observável no tempo, que afeta, de uma maneira que não seja provisória ou efémero, a estrutura ou o funcionamento da organização social de uma dada coletividade e modifica o curso da sua história. Por exemplo: o 25 de Abril, a República, a entrada na EU.

Os fatores de mudança, podem procurar a mudança a partir do interior do sistema social (fatores endógenos, ex: 25 de Abril), quer do seu exterior (fatores exógenos, ex: 11 de Setembro). No primeiro grupo encontramos aqueles fatores que fazem parte do próprio funcionamento da vida social, caso dos conflitos que se estabelecem entre indivíduos ou grupos (greves, manifestações, revoluções). O segundo grupo remete para fatores que, vindos de fora do sistema social, nele introduzem mudanças (ex: uma mudança científica).

Os fatores de mudança são possíveis de dividir em três categorias económicas, políticas e culturais.

A nível económico, as descobertas científicas quer das inovações tecnológicas. Por exemplo, a invenção da máquina a vapor que teve impactos em todas as dimensões de atividade social.

A nível político, as decisões tomadas pelos líderes dos Estados positiva ou negativamente, a vida das populações, induzindo mudanças sociais. A guerra que os EUA promoveram no Vietnam, que suscitou enormes protestos da opinião pública americana.

Por fim, a nível cultural, o desenvolvimento da ciência e do pensamento racional, a par de uma rutura com as concepções morais e religiosas do passado que possibilitou a difusão de atitudes críticas e inovadoras, como a liberdade, a igualdade e a participação democrática.

Reprodução social – é o produto do jogo incessante entre a estrutura social e ação social que assegura a conversação do modelo de sociedade existente, sem impedir a sua modificação (controlada) através das ações individuais.

O fenómeno da globalização

Um dos fenómenos da atualidade que melhor traduz a ideia de mudança social é a globalização. Temos uniformização de interdependência ao nível económico, social e cultural entre as pessoas e os países à escala mundial a Segunda Guerra Mundial é o ponto de partida das redes de telecomunicações.

A relação entre global e local

Sempre que assistimos a um torneio desportivo na televisão, escolhemos roupa numa loja (roupa da Zara), fazemos compras num hipermercado, vemos um filme no cinema ou comunicamos através da internet com amigos de outros países, damos-nos conta que a globalização é igualmente um fenómeno com uma acentuada incidência local.

Fatores tecnológicos da globalização

A globalização tem sido especialmente impulsionada, nas últimas três e quatro décadas, pelas inovações tecnológicas, em particular nos domínios dos transportes e das comunicações.

Pessoas e bens são deslocados diariamente, com enorme rapidez, graças ao desenvolvimento de meios de transporte como o comboio de alta velocidade, o avião a jato, o navio transatlântico, entre outros.

Também ao nível das tecnologias da informação e da comunicação (ou TIC) a rapidez dos fluxos aumentou significativamente. O sistema mundial de satélites, os telefones móveis e a Internet ilustram bem esta nova realidade. Esta e outras TIC estão na base de importantes mudanças nas sociedades globalizadas.

Fatores políticos e sociais

Em alguns países, a democracia substituiu mesmo os regimes autoritários que aí vigoravam (Angola, Moçambique, Indonésia, etc.; noutros, a mudança não foi total ou processa-se mais lentamente (China e Irão). A “globalização da democracia” parece persistir como uma tendência política à escala mundial.

A tomada de consciência de que as respostas dadas pelos Estados aos problemas transnacionais (do ambiente, do clima, da saúde, da economia,...), cujos impactos extravasam as fronteiras nacionais, se revelam insuficientes. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia são os melhores exemplos atuais deste reforço de agregação dos estados em

plataformas comuns, seja para efeitos de regulação dos conflitos internacionais e de manutenção da paz, seja visando a integração económica e política dos países-membros.

As organizações intergovernamentais (OIG) e as organizações governamentais internacionais (ONG) tiveram um papel importante no avanço da globalização. As primeiras caracterizam-se por serem “organismos estabelecidos pelos governos que neles participem e aos quais é atribuída responsabilidade para regular, ou supervisionar, um determinado campo de atividades de âmbito transnacional” (exemplo: UNESCO, UNICEF, etc). As ONG “são organizações independentes que operam a par de organismos governamentais na tomada de decisões políticas e na definição de posições quanto a questões internacionais”, como proteção do ambiente (Greenpeace), o apoio humanitário (Cruz Vermelha Internacional) ou a defesa dos direitos humanos (Amnistia Internacional), entre outros exemplos.

Os meios de comunicação social

O telefone móvel e o correio eletrónico tornaram-se acessórios indispensáveis para um número massivo de utilizadores, facilitando a comunicação e a troca de dados entre pessoas de diferentes pontos do planeta.

Os meios de comunicação social incluem-se formas tão amplas como a televisão, os jornais, as revistas, a rádio, o cinema, a publicidade, os livros, os jogos de vídeo, os CD, os DVD, o multimédia e os meios online, entre outros. A sua característica comum é a de atingirem uma enorme quantidade de pessoas à escala global revelando-se um poderoso mecanismo de difusão cultural, ou seja, de propagação de valores, comportamentos, ideias, estilos de vida, etc. Os meios de comunicação social estão presentes em quase todos os domínios da nossa vida social: televisão em casa, revista na biblioteca da escola, à Internet no emprego, um filme no cinema...

Principais funções sociais exercidas pelos meios de comunicação:

- Função de informação – recolha, análise e difusão de dados – garante a liberdade de expressão, a transparência dos processos sociais e o conhecimento sobre o mundo em geral;
- A função de educação – que consiste na transmissão da herança social e cultural dos povos para as gerações seguintes;
- A função de socialização – que permite a participação dos indivíduos e dos grupos na vida pública e a tomada de decisões sobre aspetos comuns
- A função de entretenimento – ligada ao preenchimento do tempo de lazer e à melhoria da qualidade de vida.

A aculturação

Aculturação – ou a absorção, total ou parcial, de uma cultura por outra através de contatos diretos e contínuos, dando origem a uma cultura nova ou uma síntese híbrida das duas – tornou-se uma das preocupações fundamentais das sociedades do presente.

A expansão dos bens valores culturais do mundo ocidental (representado principalmente pelos EUA mas também pela Europa) para as restantes regiões do planeta,

processo que designam por ocidentalização. É verdade que a cultura ocidental se estende ao mundo inteiro (ex: Coca-Cola, McDonald's) mas é uma aculturação permitida e aceite voluntariamente pelo resto do mundo. Nesta aceção, a globalização equivale a um poderoso instrumento de "imperialismo cultural".

Os programas televisivos de entretenimento, os blogs de opinião e debate existentes na Internet, as imagens sedutoras da publicidade e os filmes de grande audiência no cinema são modelos culturais de matriz ocidental.

Consumo e estilos de vida

Numa aceção positiva do consumo, o seu aumento massiva tem como consequência a melhoria das condições materiais de vida e o grau de satisfação das populações. Às famílias sobre uma maior fatia do seu orçamento para adquirir bens alimentares, vestuário, automóveis, férias, viagens e uma multiplicidade de outros artigos.

Por outro lado, o consumo desregrado à escala global acarreta a destruição dos recursos naturais e acentua a clivagem entre países ricos e pobres. A globalização também gera – ou pelo menos reforça – desigualdades e exclusão.

Health Clubs, alimentação light ou vegetariana, produtos biológicos, sportswear, streetwear, desportos radicais e de aventura, yoga, tatuagens, piercings... A lista de dimensões relacionadas com a "cultura do corpo" e as novas indústrias do lazer é infindável.

Os estilos de vida são "práticas quotidianas e formas de consumo que envolvem escolhas particulares e identitárias em domínios tão díspares como habitação, a alimentação, os usos do corpo, o vestuário, os hábitos de trabalho, o lazer, a religião, a organização do espaço e do tempo ou o convívio com os outros atores sociais".

Os estilos de vida refletem especificidade dos valores, atitudes e comportamentos dos indivíduos e dos grupos, contribuindo para a construção das identidades pessoais e coletivas.

A adoção de um estilo pressupõe a escolha de uma gama particular de comportamentos, em detrimento de outras gamas possíveis (um exemplo é o dos praticantes de alimentação vegetariana, que recusam a ingestão de qualquer produto de origem não vegetal). Uma gama particular de comportamentos é permitida pela globalização e pelo aumento do consumo. Na base de muitas destas "opções" estão fatores como a classe social e o nível económico dos indivíduos. Às diferentes condições sociais correspondem diferentes estilos de vida.

Os diversos estilos de vida são difundidos pelos meios de comunicação de massas (publicidade, televisão, entre outros) e pelo marketing responsáveis pela criação de fenómenos de moda.

O culto ao corpo

O culto do corpo passou a ocupar um lugar central nas preocupações quotidianas dos indivíduos, imprimindo um estilo de vida própria.

Este culto do corpo pode ser feito do ginásio ao health club, moldando assim corpos esbeltos, fazendo uma alimentação light e consumindo produtos bio, conseguimos ter um corpo à medida, ou seja, bem apresentável.

Devemos adotar uma moda desportista com estilo e as tatuagens e botox, silicone, unhas de gel são também exemplos de estilo de vida dos indivíduos.

Riscos ambientais

Já poucos ecossistemas podem ser considerados “puros” de imunes aos efeitos da humanização. Tal é visível em aspetos como a urbanização, a industrialização, as grandes explorações agrícolas, a construção de barragens hidroelétricas e de centrais nucleares e as várias formas de poluição, entre outros.

O crescimento da população mundial e a elevação do poder de compra origina mais utilização de recursos, mais degradação do ambiente, mais poluição, produzem mais lixo e as pessoas comprem mais produtos. As reservas mundiais são sensíveis, escassas e, em alguns casos, tendem a esgotar-se.

Os riscos manufaturados que pairam sobre o ambiente são de diferentes espécies. Um dos primeiros grupos de riscos – como a poluição do ar e da água (por contaminação química) e a deposição de resíduos sólidos no ambiente (com origem industrial ou doméstico) – tem como efeito a progressiva destruição dos recursos naturais.

O segundo grupo – onde se incluem, entre outros riscos, a escassez de água potável, a desertificação dos solos e a desflorestação – pode conduzir, a prazo, ao esgotamento desses recursos.

Os riscos para a saúde

A SIDA, as hepatites, meningites, os cancros e a obesidade são apenas alguns exemplos de perigos que os meios de comunicação social abordam diariamente.

A alimentação constitui o campo onde os riscos manufaturados ligados à saúde mais se fazem sentir. O uso de pesticidas químicos, herbicidas e fertilizantes artificiais trouxe diversas vantagens mas também sérios problemas.

O fast-food e toda a gama de produtos congelados ou pré cozinhados são os responsáveis por doenças em forte expansão muito desenvolvida, como a obesidade.

Distinguir família nuclear (tradicional) de família extensa (moderna)

Em quase toda as sociedades podemos identificar a chamada família nuclear, constituída por dois adultos de sexo diferente que vivem maritalmente, numa relação reconhecida e aprovada socialmente, com os seus filhos biológicos e/ou adotados. Quando

com estes elementos vivem outros parentes (tios, sobrinhos, avós...), fala-se de família extensa.

Estrutura da família

A família anterior à Revolução Industrial era vasta em termos de estrutura, de funções e de hierarquias. Ao nível da estrutura, o número elevado de filhos era apenas contrariado pelas elevadas taxas de mortalidade infantil. No grupo familiar conviviam várias famílias nucleares de duas ou três gerações: os pais, os filhos solteiros, os filhos casados e os respetivos cônjuges e filhos. A residência era comum ou próximo, as atividades comuns e as relações frequentes.

Distinguir os tipos de família

- Famílias monoparentais – são constituídas por apenas um adulto e seus filhos. Na grande maioria dos casos, o adulto é uma mulher. Existem diversas situações que originam a monoparentalidade: a separação ou divórcio, a viuvez, a geração por parte de uma mulher solteira.
- Famílias recompostas – os segundos casamentos estão relativamente generalizados na nossa sociedade e podem acontecer em várias circunstâncias, obedecendo a diferentes combinações possíveis. Aqui há mesmo casamento. Quando pelo menos um dos cônjuges traz par ao novo casamento um ou mais filhos do casamento anterior, falamos de famílias recompostas.
- Coabitação – é cada vez mais frequente entre os jovens, sobretudo como um período de experiência de vida comum antes do casamento. No entanto, a coabitação também pode acontecer por opção e com descendência, indicando algum desinteresse pelo casamento formal.
- Casais homossexuais – dado que a maioria dos países não reconhece oficialmente estas uniões – ou seja, não permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo, - os casais assumem livremente os compromissos inerentes ao casamento, não tendo acesso, no entanto, aos mesmos direitos.

Funções da família

A explicação para o carácter universal de família reside na própria sociedade, isto porque a família em funções que mantém a continuidade e estabilidade de uma sociedade socialmente organizada.

A função sexual e a socialização – a família é a principal instituição através da qual a sociedade regula a satisfação das necessidades sexuais e organiza a procriação. A família transmite à criança a sua cultura e ideologia constituindo-se deste modo num importante agente de socialização. Os valores, os hábitos de vida, as normas que a criança interioriza enquadram-se em determinado estrato social, podendo dificultar-lhe a subida da hierarquia social.

Função económica – nas sociedades primitivas ou ditas normais a família constituía a unidade económica fundamental. A satisfação das necessidades exigia que os seus membros trabalhassem em conjunto partilhando a mesma atenção. Esta situação modificou-se, pois a industrialização deslocou o centro de produção da família para a fábrica. Hoje a família já não é vista como unidade base de produção mas sim como unidade base de consumo. As empresas produzem para consumo das famílias.

Hierarquia da família nuclear

A hierarquia da família era rígida, baseada nas diferenças sexuais, de idade e de geração: as mulheres estavam subordinadas aos homens, os jovens aos mais velhos e o elemento com mais autoridade era o homem mais velho – o ancião. Este tipo de família acolhia o indivíduo ao longo de toda a sua vida: era criado nela após o nascimento, nela era preparado para o trabalho e o casamento, depois de casado era controlado nos seus papéis de marido e pai, e poderia mais tarde controlar ele próprio a geração seguinte do mesmo modo.

Novos papéis parentais

Atenua-se a exclusividade do papel expressivo associado à mulher e do papel instrumental (garante do sustento da economia doméstica) atribuído ao homem, gerando-se famílias de dupla carreira – a mulher e o homem desempenham em simultâneo os papéis expressivo e instrumental. Valoriza-se a intimidade emocional e sexual do casal. Hoje em dia as relações matrimoniais começam pelo amor e terminam pelo amor (ou falta dele), os casais são confrontados com responsabilidades acrescidas, nomeadamente a de serem felizes juntos, fator antes meramente secundário. Esta busca de harmonia e de felicidade na relação efetiva implica uma série de escolhas e, por vezes, de sacrifícios.

Socialização formal e informal

A escola é um agente socializador decisivo na nossa sociedade, proporcionando a chamada educação formal. Entende-se por este termo toda a educação integrada no sistema educativo, portanto em estabelecimentos de ensino e/ou formação. Escolas, universidades e centros de formação profissional são considerados agentes de socialização formal.

Toda a educação acontece fora do sistema educativo institucionalizado é considerado informal. Onde, a socialização levada a cabo pelos agentes que não a escola – e, mesmo na escola, tudo o que não seja a transmissão de um currículo predeterminado – é informar. O grupo de pares, os escuteiros e os grupos religiosos são considerados agentes de socialização informal.

Escolaridade obrigatória

Hoje em dia, consideramos ser natural e inevitável o fato de todas as crianças frequentar a escola. No entanto, durante muitos séculos o conceito de instrução esteve afastado da grande maioria das populações. Antes da invenção da imprensa escrita, os escassos textos que existiam eram escritos à mão e poucas pessoas tinham acesso a ele. Além disso, ler e escrever eram atividades inúteis no quotidiano da maioria dos indivíduos. A partir do século XVIII, os sistemas de ensino generalizaram-se assim como os conhecimentos mais

abstratos por oposição aos conhecimentos práticos que eram transmitidos oralmente de geração em geração. Nas sociedades modernas, passa a ser indispensável saber ler, escrever e calcular, assim como possuir conhecimentos básicos sobre o meio físico, social e económico. Nos anos 1970, a insustentabilidade do atraso do país obrigou à instauração de grandes reformas, estas incidiam no fomento da educação pré-escolar, no prolongamento da escolaridade obrigatória, na reconversão do ensino secundário e na expansão e diversificação do ensino superior.

Insucesso e abandono escolares

Ao invés de garantir a igualdade de oportunidades entre todos os alunos e de orientar a sua ação pelo critério da meritocracia (segundo o qual o sucesso é baseado no mérito do aluno) a instituição escolar acaba por manter até reforçar as diferenças existentes na sociedade. Não é por acaso, a maioria dos casos de insucesso e de abandono escolar concentra-se nas crianças oriundas das classes mais baixas e de grupos desfavorecidos que dispõe de menores recursos económicos, culturais e sociais.

A educação ao longo da vida

Dada a diversidade de fontes e formas de saber, tem-se dado preferência ao termo aprendizagem, mais do que educação, reforçando a ideia de que a aquisição de novos conhecimentos ocorre ao longo da vida e não apenas no seu início. O que distingue as sociedades atuais das do passado é a importância central assumida pela informação e pelo conhecimento. Na “sociedade do conhecimento” em que vivemos as oportunidades de êxito pessoal e profissional tendem a aumentar em função de fatores como capacidade de adaptação a novos contextos, a flexibilidade e polivalência no trabalho, o domínio das TIC e de línguas estrangeiras, entre outros.

Classes sociais

Os sistemas sociais produzem um conjunto de desigualdades sociais estruturando-se através de classes sociais. O nascermos, herdamos, para além de um património genético, um determinado lugar de classe – o dos nossos pais e da nossa família de origem. As classes sociais são, por isso, um poderoso lugar de socialização e um contexto onde aprendemos, por transmissão permanente e, na maior parte das vezes, quotidiana – logo, implícita – um conjunto de normas, valores, comportamentos, maneiras de agir, pensar e sentir que condicionam a nossa existência material e simbólica – ou seja, quer as condições objetivas de vida quer a definição de projetos e de aspirações. Elas constituem um motor de constrangimentos e possibilidades sociais e desigualmente repartidos.

Género e socialização de género

Desde que nascemos, que vamos aprendendo, sem darmos por isso, a ser mulheres ou homens – vamos construindo a nossa feminilidade ou masculinidade ao aprendermos e interiorizamos os papéis sociais correspondentes a cada sexo de acordo com a sociedade em que nos encontramos inseridos – este processo denomina-se socialização de género.

Mobilidade social

Mesmo que dois filhos de uma família operária venham a ser igualmente operários podem vir a passar trajetórias sociais distintas. Imaginemos que um deles tem acesso, na sua fábrica, a cursos de formação profissional que frequenta satisfatoriamente e lhe garantem promoções sucessivas – de operários a supervisor e mesmo, devido ao seu bom desempenho, a formador de outros operários. Neste caso, está envolvido num processo de mobilidade social ascendente que certamente modificará as suas possibilidades e experiências de vida.

O mesmo aconteceria se, pelo contrário, fosse despedido e obrigado a trabalhar por “ganchos” e “biscates” na economia paralela, sem proteção contratual ou direitos sociais: nesse caso, passaria por uma trajetória de mobilidade social descendente. Em ambos os casos a mobilidade social é vertical.

Pode existir uma mobilidade imóvel – isto é, ao longo da sua vida, o agente social, mesmo variando ligeiramente de categoria socioprofissional ou de rendimento, permanece na mesma classe social. Neste caso trata-se de um tipo de mobilidade horizontal, sem real ascensão social ou uma situação de estagnação ou reprodução social.

A mobilidade social pode, ainda, ser intergeracional, ou seja, geração em geração, segue a geração) (quando, por exemplo, comparamos o nosso lugar de classe com o dos nossos pais e avós) ou intrageracional, ou seja, segue outros caminhos (quando a tónica é colocada na trajetória do indivíduo).

Movimentos sociais

A par do processo de industrialização, desenvolveram-se movimentos sociais operários que lutavam contra as duras condições de trabalho – a jornada de trabalho era muito longa, os salários eram muito reduzidos, o trabalho das crianças também era explorado e não havia qualquer forma de segurança social nem o direito de associação ou de livre expressão de pensamento.

Os novos movimentos sociais baseiam as suas lutas numa crítica ao estilo de vida das sociedades mais desenvolvidas e industrializadas, defendendo objetivos universalistas e coletivos e desenvolvendo ações espontâneas, espetaculares e informais que mobilizam os meios de comunicação. Os movimentos ecologistas, os movimentos feministas, os movimentos de gays e de lésbicas e outros movimentos de defesa dos direitos dos cidadãos são exemplos de novos movimentos sociais.

Diferença entre assimilação social e cultural e integração social e cultural

↓	↓
não pratica mas respeita	integra-se nos costumes

A assimilação é entendida como um processo que concebe as relações entre os imigrantes e a sociedade de acolhimento na base de uma passagem unilateral aos modelos de comportamento da sociedade de acolhimento, modelos esses que se impõem à personalidade do imigrante a despojar-se de todo e qualquer elemento cultural próprio.

A integração é o processo gradual através do qual os novos residentes tomam parte na vida económica, cívica, cultural e espiritual do país de imigração.

Pobreza absoluta e pobreza relativa

- Pobreza absoluta – pode ser definida como uma situação em que não existem os bens essenciais necessários à subsistência dos indivíduos.
- Pobreza relativa – diz respeito à situação das famílias que vivem em condições mais precárias do que as do conjunto da sociedade, ou seja, abaixo dos níveis de vida e de participação social considerados aceitáveis.

Exclusão social

A exclusão tem as suas raízes nas desigualdades socioeconómicas e culturais, acrescidas pelos aumentos da precariedade. Define-se como uma relação com um modo de vida dominante alargado às práticas sociais e difundido pela comunicação social, no qual algumas camadas sociais não estão objetivamente integradas, ou do qual os mais desfavorecidos se sentem excluídos subjetivamente.

Mobilidade social

A mobilidade intrageracional, analisa a situação dos indivíduos numa geração, isto é, a posição que ocupam no início e no fim das suas carreiras.

A mobilidade intergeracional, analisa-se se os indivíduos pertencem à mesma classe social dos seus pais.

A mobilidade intrageracional e o intergeracional, podem ser ascendentes caso em que, por exemplo, determinados indivíduos ou grupos passam de uma classe social mais baixa para uma classe mais alta, ou descendente, caso em que determinados indivíduos ou grupos passam de uma classe social mais alta para uma mais baixa.

Mobilidade ascendente – “subida”



Mobilidade descendente – “queda”

